

Educação à deriva?

Os 6 milhões de alunos das escolas públicas paulistas voltaram a conviver com a expectativa de greve de seus professores. Os dois últimos dias letivos desta semana transformaram-se em “jornada de protesto” para forçar o governo estadual a reabrir negociações salariais. Merece atenção o fato de os cinco sindicatos que representam professores, diretores e funcionários da rede oficial de ensino terem assinado a convocação para a parede. Não resta dúvida de que a situação aflitiva provocada pelos baixos salários dos docentes aproximou irreconciliáveis interesses políticos dos diferentes representantes da categoria: uma professora que educa crianças das primeiras quatro séries recebe incompleto 1,4 salário mínimo por seu trabalho! Isto no Estado mais rico da Federação.

É verdade que se deu à greve duração definida para evitar maiores desgastes. E também que as exigências salariais dos grevistas esbanjavam irracionalismo ao exigir um piso salarial 200% superior ao que ora recebem. Os educadores não

desconhecem que a folha de pagamento do funcionalismo paulista consome “somente” 77% da arrecadação do ICMS, que está em queda livre por força da recessão. Assim, a exigência ultrapassa qualquer limite de bom senso. O limite, sem dúvida, também está sendo ultrapassado pelo governo, que não rompe de maneira alguma a lamentável barreira de US\$ 200 por uma jornada de trabalho de oito horas diárias do professor.

O interesse público exige serenidade e entendimento entre as partes. A greve, apesar de ter atingido parcialmente a categoria, contém a advertência de que a não reabertura de negociação implicará novo movimento, por tempo indeterminado, no reinício do próximo semestre letivo. O comportamento distante, marcado pela frase “não há negociação possível” da Secretaria da Educação, pode provocar a pior das conseqüências, em especial, em uma situação salarial notoriamente aflitiva.

Há mais de ano, em maio de 1991, uma publicidade oficial comunicava que o

Estado de São Paulo pretendia passar sua escola pública a limpo. A idéia, bem recebida, transformou-se em símbolo promissor das intenções do governo Fleury para a área educacional. Recursos para manutenção de emergência em mil escolas foram prometidos, houve uma bem anunciada proposta de modernização da estrutura educacional e a população deu sua resposta às promessas, buscando a matrícula na “escola-padrão”. O projeto de modernização, passado um ano, patina, a “escola-padrão” não se consolida e os professores começam a insinuar toda a sua impaciência ante as promessas de reciclagem, que inovam pouco do eternamente conhecido, isto quando não se confunde toda promessa de valorização da atividade docente com um mero oferecimento de programação cultural, evidenciando confusa definição de funções entre secretarias de um mesmo governo. O projeto para a modernização do ensino público no Estado de São Paulo existe. Cumpre não esmorecer em sua execução.